REFERÊNCIAS

Brasil. Lei nº 317, de 21 de outubro de 1843. Fixa a despesa e orça a receita para os exercícios de 1843–1844 e 1844–1845. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-317-21-outubro-1843-560743-publicacaooriginal-83901-pl.html.

Brasil. Decreto nº 355, de 26 de abril de 1844. Regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto do selo. Art. 23 e arts. 53 a 55, relativos aos baralhos e às licenças dos vendedores. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-355-26-abril-1844-560660-publicacaooriginal-83769-pe.html.

Brasil. Decreto nº 418, de 15 de junho de 1845. Adita o regulamento de 26 de abril de 1844 para a arrecadação da taxa do selo das cartas de jogar. Arts. 2º e 3º. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-418-15-junho-1845-560500-publicacaooriginal-83433-pe.html.

Brasil. Decreto nº 3.322, de 26 de junho de 1899. Dá regulamento para a arrecadação do imposto de consumo de cartas de jogar. Arts. 1º e 2º do regulamento anexo. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3322-26-junho-1899-514328-repubicacao-pe.pdf.

Brasil. Emenda constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965. Reforma do sistema tributário. Art. 11, relativo ao imposto sobre produtos industrializados e à seletividade em função da essencialidade do produto. Brasília, DF. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-18-1-dezembro-1965-363966-publicacaooriginal-1-pl.html.

Brasil. Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966. Dispõe sobre o Imposto de Consumo, que passa a denominar-se Imposto sobre Produtos Industrializados. Brasília, DF. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-34-18-novembro-1966-376026-publicacaooriginal-1-pe.html.

Brasil. Emenda constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023. Altera o Sistema Tributário Nacional. Art. 1º, na parte que acrescenta o inciso VIII ao art. 153 da Constituição Federal, e art. 7º, sobre a compensação de perdas em repasses. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm.

Brasil. Lei complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025. Institui o Imposto sobre Bens e Serviços, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços e o Imposto Seletivo; cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária. Arts. 244, 245, 409 e 414. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214compilado.htm.

Coluna produzida por: Bruna Esteves. Advogada tributarista, professora-assistente do IBDT e orientadora do MBA USP/Esalq.

Brasil. Medida provisória nº 1.394, de 25 de setembro de 2026. Proíbe a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade de loterias de apostas de quota fixa no território nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/mpv/mpv1394.htm.

Brasil. Medida provisória nº 1.399, de 4 de novembro de 2026. Dispõe sobre as alíquotas e as regras de aplicação do Imposto Seletivo. Arts. 3º, 7º e 19, relativos às alíquotas de referência, aos concursos de prognósticos e à produção de efeitos. Brasília, DF. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2026/medidaprovisoria-1399-4-novembro-2026-800091-publicacaooriginal-181743-pe.html.

Brasil. Ministério da Fazenda. *Relatório de Gestão Integrado 2025*. Brasília, DF. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/arquivos/rgi_mf_2025_vf.pdf.

Brasil. Ministério da Saúde. 2026. No Brasil, 574 mil pessoas já usaram plataforma de autoexclusão de bets; 41% justificam impactos na saúde mental. Brasília, DF, maio de 2026. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2026/maio/no-brasil-574-mil-pessoas-ja-usaram-plataforma-de-autoexclusao-de-bets-41-justificam-impactos-na-saude-mental.

Brasil. Receita Federal do Brasil. *Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI)*. Aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 29 de julho de 2022. Capítulo 95, códigos 9504.40.00, cartas de jogar, e 9504.50.00, consoles e máquinas de jogos de vídeo. Brasília, DF. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/documentos-e-arquivos/tipi.pdf.

Brasil. Senado Federal. Comissão de Assuntos Econômicos. 2024. Notas taquigráficas da 55ª reunião, de 8 de outubro de 2024. Audiência pública sobre os impactos da Reforma Tributária no Imposto Seletivo. Intervenção de José Maria Arruda de Andrade. Brasília, DF. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/13016.

Copisarow, E. Forging the Ace of Spades. *The Antiquary*, suplemento 2024–2025, p. 34. Londres: Society of Antiquaries of London. Disponível em: https://www.sal.org.uk/wp-content/uploads/2026/03/2024-2025-The-Antiquary-Full-Supplement-2.pdf.

Grã-Bretanha. Parlamento. *Stamps (No. 2) Act 1710*. Sanção em 1711. *The London Gazette*, Londres, n. 4860. Disponível em: https://www.thegazette.co.uk/London/issue/4860/page/1/data.pdf.

Grã-Bretanha. Parlamento. 1712. Lei do décimo ano do reinado da rainha Ana, cap. 19, seção CLXII. Marcação de uma das cartas de cada baralho. In: Ruffhead, O. (ed.). *The Statutes at Large*, v. 4. Disponível em: https://en.wikisource.org/wiki/Page:Ruffhead_-_The_Statutes_at_Large_-_vol_4.djvu/613.

International Playing-Card Society. The Ace of Spades. [s. d.]. Disponível em: https://www.i-p-c-s.org/wp/the-ace-of-spades/.

Coluna produzida por: Bruna Esteves. Advogada tributarista, professora-assistente do IBDT e orientadora do MBA USP/Esalq.

Moura, M. R. 2026. *Nota técnica de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.399, de 2026*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, 9 nov. 2026, p. 7-8. Disponível em: https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/cd78eaa4-c0ce-4ad0-ae67-a776ac04aa2b?ts=1794405143389&disposition=inline .

Reino Unido. Parlamento. Câmara dos Comuns. 1828. Stamps on cards and dice. *Hansard*, 2 abr. 1828. Intervenção de George Dawson e debate sobre a redução do imposto incidente sobre baralhos. Disponível em: https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1828/apr/02/stamps-on-cards-and-dice.

Reino Unido. Parlamento. 1828. Lei do nono ano do reinado de Jorge IV, cap. 18. Seções II e XIV, relativas ao imposto de um xelim por baralho e ao controle dos ases oficiais entregues aos fabricantes. Disponível em: https://www.legislation.gov.uk/ukpga/Geo4/9/18/pdfs/ukpga_18280018_en.pdf.

Worshipful Company of Makers of Playing Cards. Card design: the Ace of Spades. Londres, [s. d.]. Disponível em: https://makersofplayingcards.org/wp-content/uploads/2020/01/17-4-Card-Design-Ace-of-Spades.pdf.

Coluna produzida por: Bruna Esteves. Advogada tributarista, professora-assistente do IBDT e orientadora do MBA USP/Esalq.